



Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Reconhecemos que, para além das responsabilidades que todos temos perante as nossas sociedades, temos a responsabilidade colectiva de respeitar e defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade, a nível mundial. Como dirigentes, temos, pois, um dever para com todos os habitantes do planeta, em especial para com os mais desfavorecidos e, em particular, as crianças do mundo, a quem pertence o futuro.

— ONU, Declaração do Milénio¹

Em Setembro de 2000, os líderes mundiais reuniram-se na Cimeira do Milénio das Nações Unidas para comprometerem as suas nações com esforços globais mais fortes a favor da paz, direitos humanos, democracia, boa governação, sustentabilidade ambiental e erradicação da pobreza, e para apoiarem os princípios da dignidade humana, igualdade e equidade².

O resultado foi a Declaração do Milénio, aprovada por 189 países, que inclui compromissos colectivos urgentes para vencer a pobreza que ainda atinge a maioria da população mundial. Os líderes mundiais não concordaram em aceitar as declarações habituais – porque sabiam que elas não bastavam. Em vez disso, comprometeram-se com metas ambiciosas, com prazos claramente definidos.

Na cimeira de 2000, a Assembleia Geral das Nações Unidas também pediu ao Secretário-Geral que preparasse um roteiro para concretizar os compromissos da Declaração – que resultou nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, composto por 8 Objectivos, 18 metas e 48 indicadores³. Os Objectivos são únicos na sua ambição, concretização e âmbito. Também são únicos no seu reconhecimento explícito de que os Objectivos de erradicação da pobreza só podem ser atingidos através de parcerias mais fortes entre actores do desenvolvimento e através de maior acção dos países ricos – expandindo o comércio, aliviando a dívida, transferindo tecnologia e fornecendo ajuda.

UMA AGENDA PARA ACELERAR O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio tratam muitos dos mais resistentes fracassos do desenvolvimento humano. Ao contrário dos propósitos das primeiras, segunda e terceira Décadas do Desenvolvimento das Nações Unidas (décadas de 1960, 1970 e 1980), que se concentraram principalmente no crescimento económico, os Objectivos colocam o bem-estar humano e a redução da pobreza no centro dos propósitos do desenvolvimento mundial – uma abordagem defendida desde sempre pelo *Relatório do Desenvolvimento Humano*.

Os Objectivos e a promoção do desenvolvimento humano partilham uma motivação comum e reflectem um compromisso fundamental com a promoção do bem-estar humano, que acarreta a dignidade humana, liberdade e igualdade de todos os indivíduos. Os Objectivos são referências de progresso para a visão da Declaração do Milénio — orientada por valores fundamentais de liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade partilhada. Estes valores têm muito em comum com a concepção de bem-estar humano no conceito de desenvolvimento humano. Também espelham a motivação fundamental dos direitos humanos. Por isso, a Declaração do Milénio, o desenvolvimento humano e os direitos humanos partilham a mesma motivação (caixa 1.1).

Cada *Relatório do Desenvolvimento Humano* tem defendido que o propósito do desenvolvimento é melhorar a vida das pessoas aumentando as suas escolhas, a sua liberdade e a sua dignidade. A pobreza envolve muito mais do que as restrições impostas pela falta de rendimentos. Também acarreta falta de capacidades básicas para levarem uma vida plena e criativa – como quando as pessoas sofrem de má saúde, são excluídas de participar nas decisões que afectam as suas comunidades, ou não têm o direito de orientar o curso da sua vida. Essas privações distinguem a pobreza humana da privação de rendimento.

Os Objectivos e a promoção do desenvolvimento humano partilham uma motivação comum e reflectem um compromisso fundamental com a promoção do bem-estar humano, que acarreta a dignidade humana, liberdade e igualdade de todos os indivíduos

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o desenvolvimento humano e os direitos humanos partilham uma motivação comum

Valores orientadores da Declaração do Milénio das Nações Unidas e dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Tal como está esclarecido na Declaração do Milénio, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são pontos de referência do progresso no sentido de uma visão de desenvolvimento, paz e direitos humanos, orientada por “certos valores fundamentais... essenciais às relações internacionais no século vinte e um. Neles se incluem:

- **Liberdade.** Os homens e as mulheres têm o direito de viver a vida e de criar os seus filhos com dignidade, sem fome e sem medo da violência, da opressão e da injustiça. A melhor forma de garantir estes direitos é através de governos de democracia participativa baseados na vontade popular.
- **Igualdade.** Nenhum indivíduo ou nação deve ser privado da possibilidade de beneficiar do desenvolvimento. A igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres deve ser garantida.
- **Solidariedade.** Os desafios mundiais devem ser geridos de modo a que os custos e as responsabilidades sejam distribuídos com imparcialidade, de acordo com os princípios fundamentais da equidade e da justiça social. Os que sofrem, ou os que beneficiam menos, merecem ajuda dos que beneficiam mais.
- **Tolerância.** Os seres humanos devem respeitar-se mutuamente, em toda a sua diversidade de crenças, culturas e línguas. As diferenças dentro e entre as sociedades não devem ser temidas nem reprimidas, mas acarinhadas como activos preciosos de toda a humanidade. Uma cultura de paz e diálogo entre todas as civilizações deve ser promovida activamente.
- **Respeito pela natureza.** É necessário actuar com prudência na gestão de todas as espécies vivas e recursos naturais, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Só assim poderemos conservar e transmitir aos nossos descendentes as incomensuráveis riquezas que a natureza nos oferece. É preciso alterar os actuais padrões insustentáveis de produção e consumo, no interesse do nosso bem-estar futuro e no das futuras gerações.
- **Responsabilidade partilhada.** A responsabilidade pela gestão do desenvolvimento económico e social mundial, bem como das ameaças à paz e à segurança internacionais, deve ser partilhada por todos os países do mundo e ser exercida multilateralmente. Sendo a organização de carácter mais universal e mais representativa de todo o mundo, as Nações Unidas devem desempenhar um papel central.” (UN 2000, p. 2.)

Os Objectivos – pedras angulares do desenvolvimento humano...

O desenvolvimento humano tem a ver com pessoas, com a expansão das suas opções para viverem vidas plenas e criativas com liberdade e dignidade. Crescimento económico, comércio e investimento crescentes, progresso tecnológico – tudo é muito importante. Mas são meios, não são fins. Fundamental para a expansão das opções humanas é a construção de capacidades humanas: o conjunto de coisas que as pessoas

podem ser. As capacidades mais básicas para o desenvolvimento humano são: viver uma vida longa e saudável, ser instruído, ter um nível de vida digno e gozar de liberdades cívicas e políticas para participar na vida da sua comunidade.

As três primeiras estão incorporadas no índice de desenvolvimento humano deste Relatório (IDH). Embora contribuam para essas capacidades, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não reflectem todas as dimensões fundamentais do desenvolvimento humano, que é um conceito mais amplo.

...e direitos humanos

Atingir os Objectivos fará progredir os direitos humanos. Cada Objectivo pode ser ligado directamente a direitos económicos, sociais e culturais enumerados na Declaração Universal dos Direitos do Homem (artigos 22, 24, 25 e 26) e outros instrumentos de direitos humanos.

Reconhecer que as metas expressas nos Objectivos não são apenas aspirações de desenvolvimento, mas também direitos reclamáveis tem importantes implicações.

- Ver os Objectivos desta maneira significa que tomar medidas para os atingir é uma obrigação e não uma forma de caridade. Esta abordagem cria um quadro para reunir vários actores responsáveis, incluindo governos, cidadãos, empresas e organizações internacionais.
- Os direitos humanos acarretam obrigações correspondentes da parte dos outros – não só de se absterem de os violar, mas também de protegerem e promoverem a sua realização. As convenções dos direitos humanos

reconhecem a necessidade de uma ordem internacional que assegure que esses direitos sejam garantidos (artigo 28 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, artigo 2 da Convenção sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais) e que estabeleça as obrigações correspondentes dos governos e outros actores para contribuírem para a sua realização.

- Ver os Objectivos através do quadro dos direitos humanos aumenta o entendimento das políticas e das reformas institucionais necessárias para os atingir. A plena realização do direito humano à educação, por exemplo, exige mais do que atingir a alfabetização e o ensino primário universais. Também exige que as pessoas participem significativamente nas decisões públicas sobre educação. E exige que as medidas para atingir os objectivos relacionados com a educação sejam equitativas – não colocando em desvantagem grupos vulneráveis, nem fortalecendo a discriminação sexual.

A plena realização dos direitos económicos, sociais e culturais exige muito mais do que alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Mas alcançá-los é um passo importante para esse fim. Porque os direitos à educação, aos cuidados de saúde e a um nível de vida adequado dependem do crescimento económico e da reforma institucional a longo prazo, esses direitos podem ser realizados progressivamente. Contudo, o ritmo aceitável de “realização progressiva” e as obrigações para o atingir raramente são falados, sendo, em vez disso, deixados para definir e debater por cada país. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio definem mais explicitamente o que todos os países concordam que pode ser exigido – pontos de referência em relação aos quais esses compromissos devem ser medidos.

Como é que os objectivos do desenvolvimento humano se relacionam com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio?

Capacidades fundamentais para o desenvolvimento humano

Viver uma vida longa e saudável

Ser instruído

Ter um nível de vida digno

Gozar de liberdades políticas e civis para participar na vida da sua comunidade

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio correspondentes

Objectivos 4, 5 e 6: reduzir a mortalidade de crianças, melhorar a saúde materna e combater as principais doenças

Objectivos 2 e 3: alcançar o ensino primário universal, promover a igualdade de género (especialmente na educação) e capacitar as mulheres

Objectivo 1: reduzir a pobreza e a fome

Não é um Objectivo mas uma importante meta mundial incluída na Declaração do Milénio

Condições essenciais para o desenvolvimento humano

Sustentabilidade ambiental

Equidade – em particular equidade de género

Facilitar o ambiente económico mundial

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio correspondentes

Objectivo 7: garantir a sustentabilidade ambiental

Objectivo 3: promover a igualdade de género e capacitar as mulheres

Objectivo 8: reforçar a parceria entre países ricos e pobres

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio destinam-se a aliviar as limitações da capacidade das pessoas de fazer escolhas. Ainda assim, os Objectivos não abrangem todas as dimensões cruciais do desenvolvimento humano. Em particular, não mencionam o aumento da participação das pessoas nas decisões que afectam a sua vida, ou que aumentam as suas liberdades cívicas e políticas. Contudo, a participação, a democracia e os direitos humanos são elementos importantes da Declaração do Milénio.

Os Objectivos fornecem pedras angulares do desenvolvimento humano, relacionando-se cada um deles com dimensões fundamentais deste processo. Reflectem, também, uma agenda dos direitos humanos – direito à alimentação, educação, cuidados de saúde e a níveis de vida dignos, como está enumerado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A necessidade de assegurar todos esses direitos – económicos, sociais e culturais – confere obrigações aos governos dos países, tanto ricos como pobres.

ORIGEM, EVOLUÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio reflectem objectivos fundamentais de várias conferências de desenvolvimento das Nações Unidas, realizadas nos anos de 1990. São, por isso, o produto de muitas consultas nacionais, regionais e internacionais, que envolveram milhões de pessoas e que representam uma amplitude de interesses, incluindo os de governos, organizações da sociedade civil e actores do sector privado. Estas conferências salientaram a natureza multidimensional do desenvolvimento – com o bem-estar humano no fim.

Os Objectivos também assentam no impulso criado pelos Objectivos de Desenvolvimento Internacional, criados em 1996 pela Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) para definir o modo como os seus 23 doadores bilaterais devem cooperar para melhorar a vida nos países em desenvolvimento, no século XXI. Os objectivos da OCDE criaram um importante precedente, porque eram calendarizados e quantificáveis, e podiam assim ser monitorizados e ajudar a mobilizar apoio.

Mas, porque os Objectivos de Desenvolvimento Internacional tiveram origem na comunidade doadora, nunca foram adoptados sinceramente pelos países em desenvolvimento, nem por grupos da sociedade civil. Uma publicação de 2000, *A Better World For All*:

Progress towards the International Development Goals, foi amplamente criticada por grupos da sociedade civil por responsabilizar os países em desenvolvimento pelo seu progresso sem reconhecer o papel dos países ricos e das instituições multinacionais no processo⁴.

Assim, embora incluam todos excepto um dos Objectivos de Desenvolvimento Internacional, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não são vistos como invenção exclusiva dos países ricos. Em vez disso, são verdadeiramente objectivos de desenvolvimento mundial, que reafirmam o compromisso colectivo do mundo de melhorar a vida das pessoas dos países pobres. Reconhecem, também, a responsabilidade dos países em desenvolvimento pelo seu próprio desenvolvimento – ao mesmo tempo que fazem exigências mais concretas aos países ricos.

Definir as responsabilidades de todos os países foi crucial para os países em desenvolvimento. O Objectivo 8, de uma parceria mundial, não tem um indicador calendarizado e quantificado para monitorizar o progresso e responsabilizar os actores, como os Objectivos 1 a 7. Mas a sua inclusão nos Objectivos é um passo significativo no sentido da “solidariedade” – um princípio básico da Declaração do Milénio.

A Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Março de 2002 em Monterrey, México, reafirmou o compromisso mundial com a Declaração do Milénio e as suas metas de desenvolvimento. A conferência adiantou novas condições para uma parceria mundial, baseada em responsabilidades mútuas entre países em desenvolvimento e países ricos. Também reafirmou a responsabilidade primeira dos governos nacionais na mobilização de recursos domésticos e na melhoria da governação – incluindo políticas económicas sãs e instituições democráticas sólidas. E reafirmou os compromissos dos países ricos de trabalhar no sentido de um ambiente internacional apoiante e de financiamento crescente para o desenvolvimento⁵. Estes compromissos foram reafirmados de novo na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Setembro de 2002 em Joanesburgo, África do Sul (ver capítulo 8).

SÃO IMPORTANTES OS OBJECTIVOS MUNDIAIS?

A comunidade mundial, muitas vezes conduzida pelas Nações Unidas, fixou muitos objectivos de desenvolvimento desde a primeira Década do Desenvolvimento dos anos de 1960 – e tem uma história de muitos fracassos. Por exemplo, na Declaração de Alma

A conferência adiantou novas condições para uma parceria mundial, baseada em responsabilidades mútuas entre países em desenvolvimento e países ricos

Os fracassos deviam servir para recordar negligências do passado quanto ao cumprimento de promessas mundiais solenes

Ata de 1977, o mundo comprometeu-se com cuidados de saúde para todas as pessoas até ao fim do século. Todavia, em 2000, milhões de pessoas pobres morreram de doenças pandémicas e outras, muitas facilmente evitáveis e tratáveis. De igual modo, na Cimeira sobre as Crianças de 1990, o mundo comprometeu-se com a educação primária universal até 2000. Mas esse objectivo também falhou. Estes fracassos deviam servir para recordar negligências do passado quanto ao cumprimento de promessas mundiais solenes.

Mas os objectivos das Nações Unidas também têm uma história de muitos êxitos – alguns espectaculares. O objectivo da vacinação aumentou significativamente a cobertura, passando de 10-20% em 1980 para mais de 70% em mais de 70 países, em 1990. E mesmo quando as metas quantitativas não foram atingidas na data marcada, aceleraram o progresso. Por exemplo, até 2000 a esperança de vida foi aumentada para pelo menos 60 anos em 124 países. Nos anos de 1990, a mortalidade infantil foi reduzida em um terço, ou mais, em apenas 63 países – mas em mais de 100 foi reduzida em um quinto. Assim, as metas globais podem aumentar as ambições e estimular esforços (caixa 1.2).

ENFRENTAR OS CRÍTICOS

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio têm sido amplamente aclamados, inspirando nova energia na acção contra a pobreza. Mas também têm sido criticados por:

- Serem demasiado estreitos, deixando de fora prioridades de desenvolvimento como a boa governação, emprego, cuidados de saúde reprodutiva e a reforma institucional da governação mundial.
- Apoiar-se em indicadores estreitos – como os hiatos na escolarização para seguir o progresso na igualdade de género, ou o número de telefones para medir o acesso à tecnologia.
- Serem irrealistas e prepararem o cenário para o desencorajamento – e serem usadas para nomear e envergonhar países que não os atingem.
- Distorcerem as prioridades nacionais, possivelmente minando a liderança local ao promoverem uma agenda invertida, muitas vezes liderada pelos doadores, à custa de abordagens participativas em que as comunidades e os países fixam as suas próprias prioridades⁶.

Estas preocupações apontam para o que pode correr mal se os Objectivos – particularmente os seus indicadores numéricos – forem vistos fora de contexto e como fins em si mesmos, em vez de referências para o

progresso em direcção ao objectivo mais amplo de erradicação da pobreza humana. Ainda que os Objectivos reflectam um consenso sobre metas fundamentais do desenvolvimento mundial, eles não são um novo modelo para o desenvolvimento. E embora todos sejam importantes, a sua prioridade deve ser determinada por estratégias nacionais de desenvolvimento.

Os objectivos são ambiciosos – reflectindo a necessidade urgente de um progresso muito mais rápido no desenvolvimento. A sua intenção é mobilizar a acção e não de nomear e envergonhar. Apela a todos os actores para identificarem novas acções e recursos para que possam ser atingidos. Quanto mais pobre for o país, maior é o desafio. Compare-se o que o Mali terá que fazer, até 2015, para reduzir a pobreza para metade (para 35%)⁷ e para reduzir a mortalidade de menores de cinco anos em dois terços (para 85 por 1.000 nados-vivos)⁸, com a tarefa do Sri Lanka: reduzir a pobreza para 3,3%⁹ e a mortalidade de menores de cinco para 8 por 1.000 nados-vivos¹⁰. Isto não condena o Mali ao fracasso, mas antes revela os enormes desafios que os países mais pobres enfrentam – bem como os enormes esforços da comunidade internacional que são necessários.

Além disso, o êxito não deve ser avaliado simplesmente pela realização dos Objectivos no prazo. Reduzir a pobreza para metade até 2015 não é o fim do caminho, porque os países devem continuar a reduzi-la para metade sucessivamente. E os países não devem ser condenados se não atingirem os Objectivos a tempo.

AS METAS MUNDIAIS DEVEM SER CONTROLADAS PELO PAÍS

Embora os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio tenham origem nas Nações Unidas, são objectivos das pessoas – e só podem ser atingidos se os esforços forem controlados nacionalmente e conduzidos pelo país.

FORTE CONTROLO NACIONAL

Os países em desenvolvimento têm perseguido os propósitos fundamentais dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio desde há décadas. Mas os Objectivos exigem novo impulso político para um progresso mais rápido na redução da pobreza humana – um processo já em curso em muitos países. À medida que os governos começam a avaliar se e como os Objectivos serão atingidos em 2015, também avaliam prioridades políticas e desenvolvem estratégias nacionais. Vários países aumentaram a despesa social e lançaram novos

São importantes os objectivos mundiais?

Desde os primeiros dias das Nações Unidas, os seus Estados membros fixaram objectivos mundiais, com vários propósitos recorrentes. Pôr termo ao colonialismo foi um importante tema dos anos de 1950 e 1960. Acelerar o crescimento económico e fazer progredir outros objectivos económicos – como o emprego, industrialização e ajuda internacional – foram temas importantes da primeira, segunda e terceira décadas do desenvolvimento (décadas de 1960, 1970 e 1980). Foram estabelecidos objectivos para a alfabetização, escolarização, saúde, sobrevivência e para a água e saneamento, desde o princípio dos anos de 1960 até aos anos de 1990, culminando na Declaração do Milénio de 2000.

Os objectivos das Nações Unidas são muitas vezes rejeitados por excessivamente ambiciosos e raramente atingidos. Todavia, muitos têm sido atingidos.

- Erradicar a varíola (declaração da Organização Mundial da Saúde, 1965) – atingido em 1977.
- Vacinar 80% dos bebés (antes do primeiro aniversário) contra as principais doenças da infância até 1990 (declaração da Organização Mundial da Saúde, 1974, melhorada em 1984) – atingido em cerca de 70 países, embora a realização não se tenha mantido na África Subsariana e na Ásia do Sul.
- Reduzir para metade os óbitos de crianças por diarreia (Cimeira Mundial para as Crianças, 1990) – atingido nos anos de 1990.
- Reduzir a mortalidade infantil para menos de 120 por 1.000 nados-vivos até 2000 (Cimeira Mundial para as Crianças, 1990) – só não foi atingido em 12 países em desenvolvimento.
- Eliminar a poliomielite até 2000 (Cimeira Mundial para as Crianças, 1990) – atingido em 110 países. Actualmente há mais de 175 países sem poliomielite.
- Eliminar a doença da lombriga até 2000 (Cimeira Mundial para as Crianças, 1990) – até 2000, o número de casos comunicados tinha diminuído 97% e a doença só não foi eliminada em 14 países.

Fizeram-se progressos significativos em muitos outros objectivos, ainda que não tivessem sido plenamente atingidos:

- Acelerar o crescimento económico nos países em desenvolvimento para 5% ao ano até ao fim dos anos de 1960 e para 6% nos anos de 1970 (resolução das Nações Unidas, 1961) – durante os anos de 1960, 32 países excederam 5% e durante os anos de 1970, 25 países excederam 6%. (Embora os resultados dos anos de 1980 e 1990 tenham sido muito mais desanimadores; ver capítulos 2 e 4.)
- Aumentar a quota dos países em desenvolvimento na produção industrial global (declaração da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, 1975) – essa quota subiu de 7% em 1970 para 20% em 2000, embora esses ganhos fossem limitados a um pequeno número de países.
- Aumentar a esperança de vida para 60 anos até 2000 (resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1980) – atingido em 124 dos 173 países que caíram abaixo deste limiar (quase todos entre os países menos desenvolvidos, com muitos na África Subsariana).
- Reduzir a mortalidade de crianças em mais um terço, pelo menos, durante os anos de 1990 (Cimeira Mundial para as Crianças, 1990) – 63 países atingiram os objectivos e, em mais de 100, a mortalidade de crianças foi reduzida em 20%.

Fonte: Jolly 2003.

- Eliminar ou reduzir a fome e a alimentação deficiente até 2000 (Terceira Década do Desenvolvimento, anos de 1980; Cimeira Mundial para as Crianças, 1990) – nos países em desenvolvimento, a alimentação deficiente caiu 17% entre 1980 e 2000, mas na África Subsariana o número de pessoas subalimentadas aumentou 27 milhões nos anos 90.

- Atingir o acesso universal a água potável até 1990 e depois até 2000 (Terceira Década do Desenvolvimento, anos de 1980; Cimeira Mundial para as Crianças, 1990) – o acesso aumentou para mais 4,1 mil milhões de pessoas, totalizando 5 mil milhões.

Ainda assim, alguns objectivos falharam quase totalmente:

- Aumentar a ajuda pública ao desenvolvimento para 0,7% do PNB dos países ricos a partir de 1970 (resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1970; Estratégia de Desenvolvimento Internacional para os anos de 1970) – na realidade, a ajuda diminuiu em percentagem do PNB e nos anos de 1990 só quatro países atingiram a meta dos 0,7% (Dinamarca, Holanda, Noruega e Suécia).
- Afectar 0,15% do PNB à ajuda pública ao desenvolvimento para os países menos desenvolvidos nos anos de 1980 e de 1990 (Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos, 1981) – 8 dos 16 membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE atingiram o objectivo de 0,15% nos anos de 1980, mas apenas 5 de 20 o fizeram nos anos de 1990.
- Reduzir para metade o analfabetismo de adultos até 2000 (Cimeira Mundial para as Crianças, 1990) – o analfabetismo caiu de 25% em 1990 para apenas 21% em 2000.
- Erradicar a malária (declaração da Organização Mundial de Saúde, 1965) – embora tenha havido êxito na Ásia e na América Latina, o programa “mundial” contra a malária dos anos de 1960 passou em grande medida ao lado da África (devido ao carácter considerado intratável da doença nesse continente), ainda que ela tenha que a maior carga de malária. Nas décadas seguintes, a comunidade internacional dedicou pouca atenção e escassos recursos à malária, levando a intervenções fragmentadas.

Atingir a meta numérica de um objectivo mundial é uma medida importante mas inadequada do sucesso, porque não indica se fixar o objectivo fez a diferença. Em muitos casos, fizeram-se enormes progressos, embora não tenham sido atingidas as metas numéricas – como no caso da Década Internacional do Abastecimento de Água Potável e do Saneamento dos anos de 1980 (Assembleia Geral da ONU, 1980), durante a qual praticamente nenhum país em desenvolvimento atingiu a cobertura universal. Mas a fixação de objectivos mundiais chamou a atenção para essas necessidades e, nos anos de 1980, o acesso a água potável aumentou 130% e o acesso a saneamento 266%, ambos muito mais do que nos anos de 1970 ou 1990. Todavia, a década foi vista muitas vezes como um fracasso apenas porque as metas numéricas não foram atingidas.

Uma vez fixados, os objectivos acordados nas Nações Unidas têm sido acompanhados de muitas maneiras diferentes. Num extremo, há objectivos como a aceleração do crescimento económico, para cuja execução tem havido pouca mobilização da comunidade internacional. No outro extremo, há objectivos como a erradicação da varíola, a expansão da vacinação e a redução da mortalidade de crianças, em que a comunidade internacional apoiou medidas nacionais – liderada pela Organização Mundial da Saúde e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância.

programas de apoio aos Objectivos. Por exemplo, o governo da Bolívia decidiu alinhar as suas políticas sociais pelos Objectivos. Foram feitas propostas para aumentar substancialmente as despesas de saúde e de educação e foram criados dois programas nacionais para esses objectivos. O governo dos Camarões também está a aumentar substancialmente o financiamento da educação e da saúde e os partidos políticos estão a utilizar, nos seus debates de campanha, dados sobre o progresso em direcção aos Objectivos.

Controlo nacional não é só controlo governa-

mental. A acção deve ser conduzida não só pelos políticos e agências governamentais, mas também pelas comunidades, autoridades locais e grupos da sociedade civil. O impulso político para a mudança de políticas deve vir do povo de um país, pressionando por mais escolas, melhores cuidados de saúde, melhor abastecimento de água e outros elementos essenciais de desenvolvimento. Os Objectivos dão um pretexto para aplicar essa pressão. Dão capacidade às comunidades e ao povo para responsabilizar as autoridades. E fornecem um instrumento para as pessoas avaliarem

Os Objectivos são um passo importante para a construção de uma verdadeira parceria para o desenvolvimento e na definição do que significa parceria

o desempenho dos líderes políticos – desde funcionários governamentais locais a nacionais, a parlamentares e a partidos da oposição (ver capítulo 7).

Os grupos da sociedade civil – desde organizações comunitárias a redes mundiais – são aliados no apoio, ajudando a construir escolas e a mobilizar a investigação sobre doenças negligenciadas. Mas também têm um papel essencial como vigilantes, controlando os que são responsáveis pela apresentação de resultados e moldando os debates democráticos sobre políticas económicas e sociais em comunidades pobres. Nos novos estados democráticos, o debate aberto sobre opções políticas tem estado muitas vezes ausente ou tem sido inadequado, deixando as pessoas vulneráveis à retórica populista. Assim, a mobilização social em torno dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio pode ajudar a alimentar e a consolidar processos democráticos, com as vozes das pessoas comuns a influenciarem a prática política. Embora os grupos da sociedade civil tenham começado a envolver-se nos Objectivos, muitos não têm consciência delas, ou têm suspeitas a seu respeito.¹¹

*COMPROMISSO DOS PAÍSES RICOS PARCEIROS
E DA COMUNIDADE INTERNACIONAL*

Os Objectivos são um passo importante para a construção de uma verdadeira parceria para o desenvolvimento e na definição do que significa parceria. Os acordos que emergiram da Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento de 2002 e da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável aumentaram o consenso sobre as responsabilidades mútuas dos países em desenvolvimento e dos industrializados. Os países em desenvolvimento têm de se concentrar na melhoria da governação, em particular na mobilização de recursos, na sua afectação equitativa e na garantia do seu uso eficiente. Os países industrializados têm de aumentar o financiamento concessional e o alívio da dívida e de acelerar o comércio e a transferência de tecnologia (ver capítulo 8).

DIAGNÓSTICO CLARO DO QUE PRECISA DE SER FEITO

O mundo precisa de uma análise clara da razão por que a pobreza mundial resiste, onde e quais são os maiores obstáculos e o que precisa de ser feito para os eliminar. Cada país pobre tem de preparar uma estratégia nacional para enfrentar as suas circunstâncias.

A comunidade internacional também precisa de estabelecer prioridades sobre a maneira de atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Essas prioridades devem ser baseadas na análise objectiva dos maiores desafios e principais obstáculos, na prova do que funcionou (e do que não funcionou) e em ideias de novas acções para acelerar o progresso.

Para essa análise, o Secretário-Geral das Nações Unidas criou o Projecto do Milénio, uma iniciativa de investigação que reúne aproximadamente 300 especialistas de universidades, sociedade civil, organizações internacionais e dos sectores público e privado de todo o mundo. Este projecto apresentará o seu relatório final em 2005.

Este Relatório do Desenvolvimento Humano também ajuda a identificar prioridades mundiais, fornece dados e analisa novas ideias. Este Relatório foi preparado em estreita colaboração com o Projecto do Milénio, aproveitando o seu trabalho, bem como o trabalho de investigação interna e da investigação comissionada. Descreve:

- Progresso mundial geral em direcção aos Objectivos – e identifica áreas que exigem a máxima atenção (capítulo 2).
- Os constrangimentos estruturais do crescimento económico e do desenvolvimento humano e os caminhos para os vencer (capítulo 3).
- Opções de política para atingir os Objectivos relativos à educação, fome, saúde, igualdade de género e à água e saneamento (capítulo 4).
- Funções adequadas para os sectores público e privado na expansão dos serviços sociais básicos (capítulo 5).
- Opções de política para atingir os Objectivos do ambiente (capítulo 6).
- O papel das pessoas na criação de um impulso político para a mudança de política (capítulo 7).
- Novas políticas para o comércio, alívio da dívida, transferência de tecnologia e a ajuda necessária para apoiar a execução de todos os Objectivos (capítulo 8).

O Pacto de Desenvolvimento do Milénio, que se encontra no princípio deste Relatório, é o seu principal ponto de política. O Pacto apresenta uma nova abordagem para ajudar os países a escapar à armadilha da pobreza e a alcançar os Objectivos, identifica as responsabilidades dos participantes e baseia-se nos princípios do Consenso de Monterrey (adoptado na Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento) – que toma o desempenho, mais do que o direito, como abordagem da cooperação para o desenvolvimento.